


M01 - AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Tipo de Prova
3

Turno: TARDE

Nível: MÉDIO COMPLETO

Duração da prova: 4h

 É obrigatório marcar o tipo de prova no Cartão de Respostas para que sua prova seja corrigida. A não marcação resultará na não leitura do cartão, o que implicará na eliminação automática do(a) candidato(a) do Concurso Público.

TRANSCREVA, NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS, A FRASE ABAIXO PARA O EXAME GRAFOTÉCNICO:

“Quem ousou conquistar e saiu para lutar, chega mais longe!” (Charlie Brown Jr.)

Você recebeu do Fiscal da Sala os seguintes materiais:

- O Cartão de Respostas e a Prova Objetiva. Verifique se os dados impressos no Cartão de Respostas estão corretos. Caso haja irregularidade, comunique-a imediatamente ao Fiscal da Sala.
- Este Caderno de Questões contém **70 QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA** distribuídas em **PÁGINAS NUMERADAS**. Ao terminar a conferência no Caderno de Questões, caso o mesmo esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala que o substitua, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.
- Verifique se a prova recebida é do cargo correspondente ao que você se inscreveu.

Por motivo de segurança:

- Só é permitido o uso de caneta esferográfica de **tinta preta**, fabricada em material transparente.
- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após **1 (uma) hora** do início efetivo da prova.
- O candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões somente faltando **30 (trinta) minutos** para o término da prova.
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu Caderno de Questões não poderá copiar suas respostas por qualquer meio.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá se retirar imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.
- Ao terminar a prova é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o Cartão de Respostas assinado. Não se esqueça dos seus pertences.
- Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o Cartão de Respostas, devendo assinar o Termo de Sala.
- O Fiscal de Sala não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do Coordenador Local.

ATENÇÃO:

- Siga, atentamente, a forma correta de preenchimento do Cartão de Respostas, conforme estabelecido no próprio.
- O Cartão de Respostas é personalizado, impossibilitando a substituição.
- O tempo de duração da prova inclui o preenchimento do Cartão de Respostas.

BOA PROVA!

LÍNGUA PORTUGUESA

Questão 1

A ortografia oficial da língua portuguesa, regulada pelo Acordo Ortográfico de 1990, estabelece regras para acentuação, emprego de letras e grafia das palavras.

Assinale a alternativa em que todas as palavras estão grafadas de acordo com a norma ortográfica vigente.

- (A) beneficente, previamente, iogurte, empecilho.
- (B) benficente, previamente, iogurte, impecilho.
- (C) beneficiente, prebiamente, iorgute, empecilho.
- (D) beneficente, prebiamente, iorgute, empecilho.
- (E) beneficiente, previamente, iorgute, impecilho.

Questão 2

A regência verbal corresponde à relação estabelecida entre o verbo e seus complementos, determinando a presença ou ausência de preposição.

Assinale a alternativa em que o emprego da regência verbal está plenamente de acordo com a norma-padrão.

- (A) O candidato aspirava a vaga de analista desde o início da carreira.
- (B) O estudante obedeceu às orientações do edital durante todo o processo seletivo.
- (C) O gestor informou os servidores ao cancelamento da reunião.
- (D) A comissão preferiu o relatório detalhado ao invés do resumido.
- (E) O diretor assistiu o espetáculo institucional promovido pela escola.

Questão 3

Considerando as regras de emprego do acento indicativo de crase na norma-padrão da Língua Portuguesa, julgue as sentenças abaixo, assinalando V (VERDADEIRA) para as que apresentam uso correto da crase e F (FALSA) para as que apresentam uso incorreto.

- () O relatório foi encaminhado à diretoria para análise e deliberação.
- () O diretor afirmou que o projeto será implementado à curto prazo.
- () O servidor foi designado à participar da comissão de avaliação.

Assinale a alternativa correta.

- (A) V – V – F
- (B) F – V – V
- (C) V – V – V
- (D) V – F – V
- (E) V – F – F

Questão 4

Analise o período abaixo.

"Embora o prazo tivesse sido prorrogado, os candidatos preferiram entregar a documentação antes de a comissão encerrar o atendimento."

Considerando a classificação morfossintática das orações subordinadas presentes no período, assinale a alternativa correta.

- (A) "Embora o prazo tivesse sido prorrogado" é oração subordinada adverbial condicional, pois estabelece uma relação hipotética em relação à oração principal.
- (B) "antes de a comissão encerrar o atendimento" é oração subordinada adverbial temporal desenvolvida, pois indica circunstância de tempo com verbo flexionado.
- (C) "Embora o prazo tivesse sido prorrogado" é oração subordinada substantiva subjetiva, exercendo função de sujeito em relação à oração principal.
- (D) "Embora o prazo tivesse sido prorrogado" é oração subordinada adverbial concessiva, e "antes de a comissão encerrar o atendimento" é oração subordinada adverbial temporal reduzida.
- (E) "antes de a comissão encerrar o atendimento" é oração subordinada adverbial concessiva reduzida, estabelecendo relação de oposição ao fato expresso na oração principal.

Questão 5

Leia o comunicado administrativo a seguir.

"A Presidência do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Rondônia (CAU-RO) comunica que, em razão de atualização no sistema interno de atendimento, o atendimento presencial ao público ficará suspenso nesta data. Os servidores em regime de teletrabalho devem manter suas atividades normalmente. Dúvidas poderão ser encaminhadas ao setor administrativo."

Com base nas informações expressas no texto, assinale a alternativa que apresenta uma inferência correta.

- (A) Todos os servidores do CAU-RO terão suas atividades suspensas durante o período informado.
- (B) A suspensão do atendimento presencial decorre de determinação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR).
- (C) Os servidores que atuam em regime de teletrabalho devem continuar executando normalmente suas atividades.
- (D) Os profissionais registrados no CAU-RO não poderão acessar qualquer tipo de serviço institucional durante o período informado.
- (E) As dúvidas dos usuários devem ser encaminhadas diretamente à Presidência do CAU-RO.

Questão 6

A reescrita de frases em textos formais deve preservar o sentido original, manter a correção gramatical e respeitar o nível de formalidade do contexto comunicativo. Sobre esse assunto, observe a frase a seguir. "A comissão examinadora indeferiu o recurso porque as alegações do candidato não encontravam amparo legal."

Assinale a alternativa que apresenta uma reescrita correta e semanticamente equivalente à frase original.

- (A) O recurso foi indeferido pela comissão examinadora, uma vez que as alegações do candidato não encontravam amparo legal, sendo assim indeferido.
- (B) O recurso, indeferido pela comissão examinadora, não encontrava amparo legal nas alegações do candidato.
- (C) Embora as alegações do candidato não encontrassem amparo legal, a comissão examinadora indeferiu o recurso.
- (D) O recurso foi indeferido pela comissão examinadora, visto que as alegações do candidato não encontravam amparo legal.
- (E) As alegações do candidato não encontrando amparo legal, sendo assim o recurso indeferido pela comissão examinadora.

Questão 7

A concordância verbal estabelece a relação entre o verbo e o sujeito da oração. Sobre esse assunto, assinale a alternativa em que a concordância verbal está em desacordo com a norma-padrão.

- (A) Vendem-se apartamentos novos neste bairro.
- (B) Necessita-se de servidores com experiência administrativa.
- (C) Contratam-se profissionais qualificados para a função.
- (D) Aluga-se sala comercial no centro da cidade.
- (E) Procura-se estagiários para atuar no setor administrativo.

Questão 8

Leia o trecho a seguir.

"O candidato apresentou todos os documentos exigidos no edital. O requerente, contudo, deixou de autenticar as cópias, o que inviabilizou a homologação de sua inscrição."

Considerando os mecanismos de coesão empregados no trecho, assinale a alternativa correta.

- (A) "O requerente" retoma "O candidato" por meio de pronome pessoal.
- (B) "contudo" estabelece relação de causa entre as orações.
- (C) "O requerente" substitui "O candidato" por sinonímia contextual.
- (D) "o que" retoma apenas o substantivo "cópias".
- (E) "sua inscrição" estabelece coesão por elipse.

Questão 9

Algumas palavras da língua portuguesa apresentam grande versatilidade morfológica e podem desempenhar diferentes funções conforme o contexto sintático. A palavra mesmo, por exemplo, pode funcionar como pronome demonstrativo, advérbio, intensificador ou elemento integrante de locuções.

Considerando a classificação morfológica dessa palavra em diferentes contextos, assinale a alternativa correta.

- (A) Em "O secretário mesmo assinou o documento", "mesmo" atua como elemento de reforço do sujeito.
- (B) Em "Ele chegou atrasado, mas mesmo assim foi aprovado", "mesmo" é pronome demonstrativo.
- (C) Em "As mesmas regras se aplicam a todos", "mesmas" é advérbio de intensidade.
- (D) Em "Mesmo trabalhando muito, não concluiu o relatório", "mesmo" é conjunção adversativa.
- (E) Em "Isso é o mesmo de sempre", "mesmo" é adjetivo qualificativo.

Questão 10

A correlação entre tempos e modos verbais é fundamental para a coerência sintática em períodos compostos. Nas orações subordinadas, a escolha do tempo verbal deve manter relação lógica com o tempo empregado na oração principal.

Considerando esse princípio, assinale a alternativa em que ocorre desvio na correlação entre tempos e modos verbais.

- (A) Quando o candidato entregar os documentos, a inscrição será homologada.
- (B) O servidor pediu que sejam revistos os critérios de avaliação.
- (C) Se os dados estivessem corretos, o sistema teria processado a solicitação.
- (D) É fundamental que todos os participantes leiam o regulamento.
- (E) Embora o prazo tivesse encerrado, a comissão decidiu aceitar as inscrições.

LEGISLAÇÃO

Questão 11

O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal estabelece parâmetros de conduta que ultrapassam a mera conformidade com normas legais. Nesse sentido, segundo o referido Código, a avaliação da conduta do servidor deve considerar, além da legalidade de seus atos:

- (A) os critérios estritamente técnicos relacionados ao desempenho funcional.
- (B) os a distinção entre o conveniente e o inconveniente nas decisões administrativas.
- (C) os valores éticos vinculados à honestidade e à integridade da conduta funcional.
- (D) os parâmetros de eficiência administrativa definidos pela chefia imediata.
- (E) os interesses institucionais definidos pelas estruturas hierárquicas da administração.

Questão 12

O Regimento Geral do Conselho de Arquitetura e Urbanismo estabelece a natureza institucional do sistema formado pelo CAU/BR e pelos Conselhos dos Estados e do Distrito Federal.

De acordo com esse Regimento, o conjunto formado por essas entidades caracteriza-se como:

- (A) organização privada de interesse público voltada à promoção cultural.
- (B) sistema de fundações autônomas vinculadas ao Ministério das Cidades.
- (C) conjunto autárquico composto por autarquias interdependentes de direito público.
- (D) associação civil formada por entidades representativas da profissão.
- (E) órgão administrativo integrante da administração direta federal.

Questão 13

A Lei nº 8.429/1992 estabelece regras sobre a responsabilização por atos de improbidade administrativa. Conforme a redação atual da norma, a configuração desses atos exige a presença de determinado elemento subjetivo na conduta do agente.

Sobre esse assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) A responsabilização depende da comprovação de conduta culposa ou dolosa.
- (B) A configuração do ato de improbidade exige conduta dolosa do agente.
- (C) A responsabilização depende da ocorrência de erro administrativo simples.
- (D) A configuração do ato de improbidade independe da análise parcial do elemento subjetivo.
- (E) A responsabilidade decorre automaticamente da ilegalidade do ato administrativo.

Questão 14

Considere as proposições a seguir sobre ética, moral e função pública.

- I. A moral pública constitui um conjunto de normas jurídicas positivadas que disciplinam diretamente a atuação dos agentes estatais.
- II. A ética administrativa corresponde ao conjunto de regras formais estabelecidas em lei para regular o comportamento funcional dos servidores públicos.
- III. O exercício da função pública envolve responsabilidade institucional perante a sociedade.

Está(ão) correta(s):

- (A) I e III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

Questão 15

Para o exercício legal da profissão de arquiteto e urbanista no Brasil, a Lei nº 12.378/2010 estabelece requisitos formais relativos ao registro profissional.

Nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- (A) O registro profissional deve ser realizado no CAU do Estado ou do Distrito Federal.
- (B) O registro profissional é realizado diretamente no Ministério da Educação.
- (C) O registro profissional é facultativo para alguns profissionais, desde que tenham larga experiência comprovada.
- (D) O registro profissional ocorre após dez anos de exercício profissional.
- (E) O registro profissional depende de autorização municipal que envia um indicativo para o CAU do Estado ou do Distrito Federal.

Questão 16

No exercício de seu papel institucional, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo realiza diferentes tipos de ações voltadas ao cumprimento de suas finalidades.

Segundo o Regimento Geral do CAU, constitui uma dessas ações institucionais:

- (A) autorização para funcionamento de empresas privadas de arquitetura.
- (B) ações orientadoras, disciplinadoras e fiscalizadoras relacionadas ao exercício profissional.
- (C) supervisão direta de obras públicas municipais.
- (D) regulamentação exclusiva dos cursos de graduação em arquitetura e urbanismo.
- (E) atividades jurisdicionais vinculadas ao Poder Judiciário.

Questão 17

No âmbito da governança pública contemporânea, mecanismos de integridade e programas de compliance têm sido incorporados às estruturas administrativas como instrumentos voltados ao aprimoramento da gestão institucional.

Considerando esse contexto, tais mecanismos relacionam-se principalmente à:

- (A) reorganização da cadeia decisória administrativa mediante transferência sistemática de competências para instâncias externas de controle.
- (B) implementação de estruturas de prevenção, monitoramento e tratamento de riscos relacionados a condutas incompatíveis com os valores institucionais da administração pública.
- (C) substituição progressiva dos instrumentos formais de controle administrativo por códigos internos de conduta organizacional.
- (D) flexibilização dos deveres funcionais dos agentes públicos, com vistas ao aumento da eficiência decisória.
- (E) redefinição das responsabilidades institucionais da administração pública, priorizando mecanismos de autogestão administrativa.

Questão 18

Julgue as sentenças a seguir, relativas às sanções disciplinares previstas na Lei nº 12.378/2010.

- I. Advertência é uma das sanções disciplinares aplicáveis.
- II. Suspensão do exercício profissional por período determinado está prevista como penalidade.
- III. Multa correspondente a unidades de referência pode ser aplicada em caso de infração.

Está(ão) correta(s):

- (A) I e III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I, II e III.

Questão 19

No campo da ética aplicada à administração pública, o comportamento do agente estatal deve considerar valores institucionais que orientam a tomada de decisão e a condução das atividades administrativas. Nesse contexto, a ética pública relaciona-se principalmente à:

- (A) adoção de condutas compatíveis com o interesse coletivo e com os valores institucionais da administração.
- (B) liberdade do agente público para interpretar normas administrativas conforme a conveniência funcional.
- (C) priorização de relações interpessoais na tomada de decisões administrativas.
- (D) substituição das normas legais por critérios subjetivos de gestão.
- (E) autonomia plena do servidor na definição de padrões administrativos.

Questão 20

Julgue as sentenças a seguir relativas à ética no setor público como V (VERDADEIRA) e F (FALSA).

- () A atuação do agente público envolve padrões de integridade associados à responsabilidade institucional.
- () A ética pública está relacionada à confiança social nas instituições administrativas.
- () A conduta ética do agente público independe da finalidade institucional do serviço público.

Assinale a alternativa correta.

- (A) V – F – V
- (B) F – V – V
- (C) V – V – V
- (D) F – F – V
- (E) V – V – F

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO**Questão 21**

No âmbito do Direito Administrativo, a classificação dos atos administrativos permite compreender suas diferentes formas de estruturação e produção de efeitos jurídicos.

Considerando os critérios doutrinários de classificação quanto à formação, aos efeitos e ao conteúdo, assinale a alternativa correta.

- (A) Os atos administrativos caracterizam-se pela manifestação de vontade de um único órgão, sendo ratificados por outra autoridade, o que os aproxima dos atos compostos.
- (B) Os atos internos são aqueles que produzem efeitos exclusivamente no âmbito da Administração Pública, sem atingir diretamente a esfera jurídica dos administrados.
- (C) Os atos discricionários distinguem-se dos vinculados por não estarem sujeitos a qualquer controle judicial, em razão da liberdade conferida à Administração.
- (D) Os atos compostos dependem da conjugação simultânea de vontades autônomas de diferentes órgãos para sua formação, o que os diferencia dos atos complexos.
- (E) Os atos vinculados conferem à Administração liberdade plena para avaliar conveniência e oportunidade, desde que respeitados os limites legais.

Questão 22

O uso do poder ocorre quando a Administração atua dentro dos limites legais e finalísticos de sua competência.

Já o abuso do poder configura-se quando:

- (A) há desvio de finalidade ou excesso de poder.
- (B) o resultado acaba sendo desfavorável ao administrado.
- (C) a administração atua conforme a lei.
- (D) há mera irregularidade formal no ato.
- (E) o ato administrativo é praticado com base em critérios de conveniência e oportunidade previstos em lei.

Questão 23

No âmbito da Administração Pública, a atuação estatal deve observar rigorosamente um conjunto de princípios constitucionais que orientam e limitam o exercício das funções administrativas. Dentre esses princípios, destaca-se aquele que impõe à Administração o dever de atuar estritamente de acordo com a lei, respeitando as normas jurídicas vigentes e garantindo que seus atos estejam em plena adequação ao ordenamento jurídico.

Tal exigência está diretamente relacionada à ideia de:

- (A) supremacia do interesse público.
- (B) discricionariedade administrativa.
- (C) legalidade.
- (D) autotutela.
- (E) eficiência.

Questão 24

O Direito Administrativo constitui um dos principais ramos do direito público, sendo responsável por disciplinar juridicamente a estrutura, a atuação e os mecanismos de controle da Administração Pública, tanto direta quanto indireta. Sobre esse assunto, julgue as sentenças abaixo como VERDADEIRAS (V) ou FALSAS (F).

() O objeto central do Direito Administrativo envolve a normatização da atividade administrativa, especialmente por meio dos atos administrativos, que se configuram como manifestações unilaterais de vontade da Administração, produzidas sob regime jurídico de direito público, com a finalidade de gerar efeitos jurídicos imediatos.

() Para que sejam válidos, os atos administrativos devem ser dotados de atributos próprios, como a presunção de legitimidade e inveracidade, a imperatividade e, em determinadas situações, a autoexecutoriedade, características que reforçam a posição jurídica da Administração perante os particulares.

() Um aspecto fundamental do Direito Administrativo reside nos mecanismos de controle da atividade administrativa. Esse controle pode ocorrer no âmbito externo, por meio da autotutela administrativa, permitindo à própria Administração revisar seus atos, anulando-os quando ilegais ou revogando-os por razões de conveniência e oportunidade.

Assinale a alternativa correta.

- (A) V – V – F
- (B) F – V – V
- (C) V – V – V
- (D) V – F – V
- (E) V – F – F

Questão 25

A Administração Pública organiza-se, no âmbito do Estado brasileiro, segundo modelos estruturais que visam garantir a adequada prestação dos serviços públicos e a consecução do interesse coletivo, observando os princípios constitucionais previstos no art. 37 da Constituição da República de 1988. Acerca desse assunto, julgue as frases abaixo.

I. A descentralização administrativa ocorre quando o Estado transfere a execução de determinada atividade a outra pessoa jurídica, mantendo, contudo, relação de hierarquia direta sobre a entidade criada.

II. A desconcentração administrativa consiste na distribuição interna de competências dentro da mesma pessoa jurídica, com a criação de órgãos administrativos sem personalidade jurídica própria.

III. As entidades da administração indireta possuem personalidade jurídica própria e são criadas para desempenhar atividades administrativas específicas, sob controle do ente que as instituiu.

Está(ão) correta(s) a(s) seguinte(s) proposição(ões).

- (A) III, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I, apenas.

Questão 26

No âmbito do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), um servidor público foi acusado de cometer infração funcional relacionada ao descumprimento de deveres previstos no estatuto do órgão. Após a instauração de processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a administração aplicou sanção disciplinar ao agente em razão da irregularidade constatada.

Nesse contexto, a prerrogativa exercida pela administração pública para apurar a infração e aplicar a penalidade ao servidor denomina-se:

- (A) poder hierárquico.
- (B) poder regulamentar.
- (C) poder disciplinar.
- (D) poder de polícia.
- (E) poder vinculado.

Questão 27

O processo administrativo consiste no conjunto ordenado, sequencial e logicamente encadeado de atos e procedimentos adotados pela Administração Pública, direta ou indireta, com a finalidade de formar a vontade administrativa e produzir uma decisão válida, eficaz e juridicamente controlável.

Sobre esse assunto, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) É instrumento formal que organiza a atuação da Administração Pública, assegurando a produção de decisões motivadas, válidas e passíveis de controle.
- (B) Deve observar os princípios do contraditório e da ampla defesa, permitindo ao administrado participar do processo e apresentar provas e alegações.
- (C) Submete-se ao princípio da legalidade, exigindo que todos os atos praticados estejam fundamentados em normas jurídicas vigentes.
- (D) Tem como finalidade a rápida produção de decisões administrativas, podendo dispensar formalidades e garantias processuais quando houver interesse público.
- (E) Encontra disciplina, no âmbito federal, na Lei nº 9.784/1999, que estabelece regras sobre prazos, competência, motivação e recursos administrativos.

Questão 28

No âmbito da Administração Pública, os instrumentos utilizados para apuração de irregularidades funcionais variam conforme a gravidade da conduta atribuída ao servidor.

Nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- (A) A sindicância é procedimento formal destinado exclusivamente à aplicação de penalidades graves, como demissão.
- (B) O Processo Administrativo Disciplinar é utilizado apenas para apuração de faltas leves, dispensando contraditório e ampla defesa.
- (C) A sindicância é procedimento preliminar que pode resultar em arquivamento, aplicação de penalidades leves ou instauração de processo disciplinar.
- (D) O Processo Administrativo Disciplinar é facultativo e pode ser substituído por decisão direta da autoridade administrativa.
- (E) A sindicância e o Processo Administrativo Disciplinar possuem a mesma finalidade e não apresentam diferenças quanto à gravidade das sanções aplicáveis.

Questão 29

Durante a execução de obra pública, um agente estatal causou danos materiais a um imóvel particular em razão de falha na operação de equipamentos. O proprietário ingressou com ação indenizatória contra o ente público, comprovando o prejuízo sofrido e a relação direta entre a atuação administrativa e o dano. No curso do processo, a Administração alegou que o evento decorreu exclusivamente de comportamento imprudente do próprio particular, o que teria contribuído decisivamente para a ocorrência do dano.

À luz do regime jurídico da responsabilidade civil do Estado e dos mecanismos de controle da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) A responsabilidade civil do Estado depende da comprovação de dolo ou culpa do agente público, sendo inaplicável a responsabilização objetiva nos casos de atividade administrativa.
- (B) A responsabilidade civil do Estado é objetiva, sendo suficiente a comprovação do dano e do nexo causal, podendo ser afastada se demonstrada a culpa exclusiva da vítima.
- (C) O controle judicial da Administração Pública permite a revisão do mérito administrativo, substituindo a decisão da Administração por outra considerada mais conveniente.
- (D) Os atos de improbidade administrativa independem da comprovação de elemento subjetivo, sendo suficiente a demonstração do resultado lesivo ao erário.
- (E) O controle externo da Administração Pública é exercido exclusivamente pelo Poder Judiciário, não cabendo atuação do Poder Legislativo nesse âmbito.

Questão 30

O regime jurídico-administrativo constitui o núcleo normativo que orienta e limita a atuação da Administração Pública, sendo estruturado a partir de um conjunto de princípios e regras que a diferenciam do regime jurídico de direito privado.

Sobre esse assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) Caracteriza-se pela aplicação predominante de normas de direito privado à atuação estatal, afastando a incidência de princípios próprios da Administração Pública quando esta atua em relações com particulares.
- (B) Fundamenta-se exclusivamente na autonomia da vontade da Administração Pública, permitindo que seus agentes disponham livremente dos interesses públicos conforme critérios de conveniência pessoal.
- (C) Estabelece a igualdade absoluta entre Administração e particulares em todas as relações jurídicas, vedando a existência de prerrogativas ou restrições específicas ao poder público.
- (D) Estrutura-se a partir de princípios como a supremacia do interesse público e a indisponibilidade do interesse público, conferindo prerrogativas e impondo limitações à atuação estatal, sempre subordinada à legalidade.
- (E) Permite à Administração Pública atuar de forma discricionária sem necessidade de controle, desde que haja finalidade pública, independentemente de previsão legal expressa.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 31

A Resolução CAU/BR nº 152, de 24 de novembro de 2017, estabelece procedimentos para ressarcimento de valores pagos ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo por profissionais e pessoas jurídicas.

Considerando as disposições dessa norma, assinale a alternativa correta.

- (A) O ressarcimento de valores pagos indevidamente depende de autorização prévia do Tribunal de Contas da União antes de sua análise pelo CAU/UF.
- (B) O processo de ressarcimento pode ser iniciado por arquiteto e urbanista registrado, pelo responsável por pessoa jurídica registrada no CAU ou pelo próprio CAU/UF.
- (C) O procedimento de ressarcimento exige apresentação presencial de documentos no CAU/UF responsável pela análise do pedido.
- (D) Os valores pagos indevidamente são restituídos por meio de crédito automático no mesmo boleto utilizado para a cobrança original.
- (E) A análise das solicitações de ressarcimento é realizada diretamente pelo CAU/BR, independentemente da unidade federativa responsável pela arrecadação.

Questão 32

Julgue as sentenças abaixo como VERDADEIRAS (V) ou FALSAS (F), considerando as boas práticas de controle de materiais e estoque na administração pública.

- () O controle de estoque permite acompanhar a movimentação de materiais e subsidiar a reposição de itens necessários às atividades institucionais.
- () A realização de inventário patrimonial consiste na verificação periódica da existência física dos bens e sua correspondência com os registros administrativos.
- () A gestão de materiais dispensa registros formais apenas quando os itens possuem baixo valor financeiro.

Assinale a alternativa correta.

- (A) V – V – F
- (B) F – V – V
- (C) V – V – V
- (D) V – F – V
- (E) V – F – F

Questão 33

Leia a situação hipotética a seguir. Em determinado processo licitatório, a Administração Pública identificou que o objeto a ser contratado envolve soluções técnicas complexas e diferentes possibilidades de execução, cujas variações podem impactar significativamente a qualidade e o desempenho do resultado final. Diante dessa característica, foi elaborado estudo técnico preliminar indicando a necessidade de avaliação simultânea da qualidade técnica das propostas e dos valores apresentados pelos licitantes.

Considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021 sobre critérios de julgamento das propostas, assinale a alternativa correta.

- (A) O critério de julgamento por menor preço deverá ser obrigatoriamente adotado sempre que houver possibilidade de mensuração objetiva dos custos envolvidos na contratação.
- (B) O critério de julgamento por maior desconto deverá ser utilizado quando a Administração desejar avaliar simultaneamente aspectos técnicos e financeiros das propostas.
- (C) O critério de julgamento por melhor técnica deve considerar simultaneamente a avaliação das propostas técnicas e do preço ofertado pelos licitantes.
- (D) O critério de julgamento por técnica e preço poderá ser utilizado quando a qualidade técnica das propostas for relevante para o atendimento dos objetivos da contratação.
- (E) O critério de julgamento por maior lance será aplicado em situações que envolvam contratação de serviços técnicos especializados.

Questão 34

Acerca da gestão e fiscalização de contratos na administração pública, julgue as frases abaixo.

- I. O acompanhamento da execução contratual envolve conferência de documentos, registros administrativos e verificação do cumprimento das obrigações pactuadas.
- II. O auxiliar administrativo pode alterar cláusulas contratuais quando verificar necessidade operacional durante a execução do contrato.
- III. O registro de ocorrências relacionadas ao contrato contribui para a transparência e para o controle da execução contratual.

Está(ão) correta(s) a(s) seguinte(s) proposição(ões).

- (A) III, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I, apenas.

Questão 35

A Lei nº 14.133/2021 estabelece que a execução do contrato deve ser acompanhada e fiscalizada por representantes da Administração, designados formalmente, de modo a assegurar que os resultados pretendidos pelo contrato sejam alcançados.

Considerando os conceitos de gestão e fiscalização de contratos administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) A fiscalização contratual possui natureza predominantemente estratégica e envolve decisões relacionadas à alteração de cláusulas contratuais, reequilíbrio econômico-financeiro e aplicação de sanções administrativas.
- (B) A gestão contratual consiste na verificação direta da execução do objeto contratado, cabendo ao gestor registrar ocorrências técnicas, atestar a conformidade da prestação do serviço e elaborar relatórios de execução.
- (C) A distinção entre gestor e fiscal de contrato decorre da necessidade de separar funções administrativas e técnicas na execução contratual.
- (D) A atuação do fiscal do contrato tem o enfoque na observação da execução do objeto contratado, sendo incomum a comunicação de irregularidades à autoridade competente.
- (E) A gestão contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021, concentra-se na fase de planejamento da contratação, não abrangendo o acompanhamento da execução contratual.

Questão 36

Considerando a Resolução CAU/BR nº 193, de 24 de setembro de 2020, e alterações posteriores, julgue as sentenças abaixo como VERDADEIRAS (V) ou FALSAS (F).

- () Para a cobrança de débitos vencidos de arquiteto e urbanista e de pessoa jurídica deverá ser instaurado no Sistema de Informação e Comunicação dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo (SICCAU) o processo administrativo correspondente.
- () Entende-se como sistema do CAU qualquer sistema, gerido pelo Centro de Serviços Compartilhados, utilizado pelo CAU, para coletar dados e emitir documentos.
- () Serão inscritas em dívida ativa dos CAU/UF os valores de anuidades, de multas e dos demais créditos tributários e não tributários não pagos nas respectivas datas de vencimento.

Assinale a alternativa correta.

- (A) V – V – F
- (B) F – V – V
- (C) V – V – V
- (D) V – F – V
- (E) V – F – F

Questão 37

A etapa de planejamento é considerada central no novo regime jurídico das contratações públicas. Os normativos internos normalmente estabelecem que nenhuma contratação pode ser iniciada sem prévio planejamento administrativo. Entre os principais instrumentos dessa fase destacam-se, **EXCETO**:

- (A) documento de acordo entre as partes.
- (B) plano anual de contratações.
- (C) estudo técnico preliminar.
- (D) análise de riscos da contratação.
- (E) termo de referência ou projeto básico.

Questão 38

No âmbito dos procedimentos licitatórios realizados pela Administração Pública, especialmente nos pregões eletrônicos, após a fase de habilitação do licitante classificado em primeiro lugar, abre-se prazo para que os participantes manifestem eventual intenção de interpor recurso administrativo. Caso essa intenção seja registrada, o licitante deverá apresentar suas razões recursais, enquanto os demais participantes poderão apresentar contrarrazões, cabendo ao pregoeiro analisar os argumentos apresentados antes da decisão final do certame.

Esse procedimento assegura, no processo administrativo, o respeito ao princípio do(a):

- (A) contraditório e à ampla defesa.
- (B) eficiência administrativa.
- (C) supremacia do interesse público.
- (D) economicidade da contratação.
- (E) gestão democrática dos atos administrativos.

Questão 39

O acesso a informações de que trata a Resolução CAU/BR nº 228, de 25 de novembro de 2022 e suas alterações posteriores destina-se a assegurar, em conformidade com a legislação federal, o direito fundamental de acesso a informações, a ser garantido com observância aos princípios da administração pública e às seguintes diretrizes, **EXCETO**:

- (A) fomento ao desenvolvimento da cultura da transparência administrativa nos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF) e no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR).
- (B) observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção.
- (C) divulgação de informações de interesse público, a depender das solicitações feitas ao órgão.
- (D) utilização de meios de comunicação proporcionados pela tecnologia da informação.
- (E) desenvolvimento do controle social da administração dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF) e do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR).

Questão 40

A análise dos processos da Administração Pública no campo da Organização e Métodos (O&M) constitui um dos eixos centrais da gestão pública contemporânea.

Sobre esse assunto, é **INCORRETO** afirmar que:

- (A) a área de Organização e Métodos busca racionalizar estruturas e rotinas administrativas por meio da análise de fluxos de trabalho, padronização de procedimentos e melhoria da eficiência operacional.
- (B) a análise de processos administrativos permite identificar redundâncias, gargalos e sobreposições de atividades, contribuindo para a simplificação e aperfeiçoamento das rotinas institucionais.
- (C) o estudo dos processos administrativos no setor público envolve a consideração de fatores legais, normativos e institucionais que condicionam a atuação da administração e a execução de suas atividades.
- (D) a aplicação das técnicas de Organização e Métodos na administração pública dispensa a observância dos princípios constitucionais da legalidade e da publicidade, desde que haja ganho de eficiência administrativa.
- (E) o mapeamento e a documentação dos processos organizacionais constituem instrumentos relevantes para a modernização administrativa e para a melhoria da gestão pública.

Questão 41

Sobre o empreendedorismo governamental, julgue as sentenças abaixo como VERDADEIRAS (V) ou FALSAS (F).

() O empreendedorismo governamental pode ser compreendido como a capacidade de agentes públicos de identificar oportunidades de inovação institucional e mobilizar recursos para implementá-las, mesmo em contextos burocráticos e altamente regulamentados.

() O empreendedor no setor público apresenta características distintas das do empreendedor empresarial. Embora ambos envolvam inovação e iniciativa, o empreendedor público atua dentro de restrições legais, políticas e institucionais mais complexas.

() O empreendedorismo governamental pressupõe que a inovação administrativa decorra predominantemente da autonomia decisória individual do gestor público, independentemente da articulação institucional com outros órgãos e atores sociais.

Assinale a alternativa correta.

- (A) V – V – F
- (B) F – V – V
- (C) V – V – V
- (D) V – F – V
- (E) V – F – F

Questão 42

Na gestão documental da Administração Pública, os documentos percorrem diferentes etapas ao longo de seu ciclo de vida. Em determinado momento, alguns registros deixam de ser utilizados com frequência nas rotinas administrativas, mas ainda precisam ser preservados por razões legais, fiscais ou administrativas, permanecendo armazenados em unidades de arquivo até que seja definida sua eliminação ou guarda permanente.

Com base nos conceitos de gestão documental, assinale a alternativa que indica corretamente a fase do ciclo de vida documental descrita acima.

- (A) Fase corrente.
- (B) Fase permanente.
- (C) Fase intermediária.
- (D) Fase classificatória.
- (E) Fase protocolar.

Questão 43

O empreendedor governamental atua de forma estratégica para resolver problemas públicos. Isso envolve, **EXCETO**:

- (A) diagnóstico de problemas complexos.
- (B) formulação de soluções inovadoras.
- (C) negociação política.
- (D) implementação e avaliação de políticas.
- (E) centralização decisória como estratégia de inovação.

Questão 44

O gestor e o fiscal devem possuir competência técnica mínima para compreender o objeto contratual, especialmente em contratos complexos como obras, serviços de engenharia, tecnologia da informação ou contratos de terceirização. A doutrina administrativa ressalta que a nomeação desses agentes atende alguns objetivos, entre eles:

- I. Garantir o controle permanente da execução contratual.
- II. Atribuir responsabilidade administrativa.
- III. Evitar falhas que possam causar danos ao erário.

Está(ão) correta(s) a(s) seguinte(s) proposição(ões).

- (A) I e III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) II, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) II e III, apenas.

Questão 45

No âmbito das contratações públicas brasileiras, a celebração de contratos administrativos segue etapas previamente estabelecidas no processo de contratação. Nesse sentido, a formalização do contrato administrativo ocorre:

- (A) após a conclusão do procedimento licitatório ou da contratação direta.
- (B) antes da definição do objeto contratual, como forma de assegurar prioridade administrativa ao fornecedor.
- (C) simultaneamente à elaboração do termo de referência ou projeto básico que fundamenta a contratação.
- (D) independentemente da conclusão do processo administrativo de contratação, desde que haja disponibilidade orçamentária.
- (E) depois do início da execução do objeto contratado, para fins de registro formal da relação administrativa estabelecida.

Questão 46

Para assegurar a adequada execução dos contratos administrativos, a Administração Pública utiliza diversos mecanismos técnicos e instrumentos de controle.

Considerando esse tema, assinale a alternativa que **NÃO** corresponde a instrumento usual de acompanhamento e controle da execução contratual.

- (A) Termos de recebimento provisório e definitivo.
- (B) Planilhas de controle de medições.
- (C) Sistemas informatizados de gestão de contratos.
- (D) Relatório de fiscalização.
- (E) Parecer de mérito sobre a conveniência administrativa.

Questão 47

No âmbito da Resolução CAU/BR nº 119, de 19 de agosto de 2016, o Fundo de Apoio Financeiro aos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal possui regras específicas de governança e utilização.

Nesse sentido, podemos afirmar que:

- (A) os recursos do Fundo são liberados integralmente em parcela única no início de cada exercício financeiro.
- (B) a liberação dos recursos do Fundo ocorre mensalmente, conforme cronograma previsto no Plano de Trabalho e Orçamento Anual do CAU/BR.
- (C) o acesso aos recursos do Fundo depende apenas da solicitação formal do CAU/UF interessado.
- (D) a administração do Fundo de Apoio é exercida por comissão formada exclusivamente por representantes dos CAU/UF.
- (E) a utilização do Fundo pode ocorrer mesmo quando comprovada má gestão administrativa ou financeira do conselho solicitante.

Questão 48

A Resolução CAU/BR nº 152, de 24 de novembro de 2017, e alterações posteriores, estabelece procedimentos relativos ao ressarcimento de valores pagos ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

Considerando as disposições dessa norma, assinale a alternativa correta.

- (A) O ressarcimento de valores pagos indevidamente pode ser solicitado apenas por profissionais registrados no CAU, não sendo admitida solicitação por responsável por pessoa jurídica.
- (B) O ressarcimento será efetuado por meio de crédito automático no mesmo instrumento de pagamento utilizado na quitação do boleto.
- (C) A análise das solicitações de ressarcimento referentes a pagamentos indevidos é realizada diretamente pelo CAU/BR em todos os casos.
- (D) A devolução de valores pagos indevidamente independe do registro do pagamento no sistema eletrônico utilizado pelo Conselho.
- (E) A solicitação de ressarcimento deverá ser realizada por meio do ambiente profissional do SICCAU, em área específica destinada a esse procedimento no sistema.

Questão 49

No Brasil, a difusão de programas de integridade no setor público ganhou impulso a partir de instrumentos normativos. Nesse sentido, o compliance público envolve mecanismos como, **EXCETO**:

- (A) implementação de programas de integridade institucional.
- (B) substituição dos controles institucionais por confiança administrativa.
- (C) transparência administrativa.
- (D) gestão de riscos e prevenção de fraudes.
- (E) responsabilização de agentes públicos e privados.

Questão 50

A Resolução CAU/BR nº 200, de 15 de dezembro de 2020, estabelece procedimentos relativos às prestações de contas anuais no âmbito do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF).

À luz dessas disposições, é correto afirmar que:

- (A) as informações divulgadas periodicamente ao longo do exercício referentes às prestações de contas são examinadas pela Auditoria Interna do CAU/BR.
- (B) as demonstrações contábeis anuais e o relatório de gestão são encaminhados diretamente ao Tribunal de Contas da União, sem análise prévia pela Auditoria Interna do CAU/BR.
- (C) a deliberação sobre as prestações de contas anuais ocorre apenas nas comissões de planejamento e finanças dos CAU/UF, dispensando apreciação pelo Plenário do CAU/BR.
- (D) a aprovação das prestações de contas anuais dos CAU/UF pode ocorrer por decisão ad referendum do plenário quando houver manifestação favorável da auditoria independente.
- (E) a caracterização de contas irregulares depende da identificação de prejuízo financeiro imediato ao erário decorrente da gestão analisada.

Questão 51

Durante a conferência mensal do almoxarifado de um órgão público, o auxiliar administrativo verificou divergência entre o registro de estoque no sistema e a quantidade física de materiais armazenados.

Considerando as boas práticas de controle patrimonial e administrativo na administração pública, a providência inicial adequada é:

- (A) registrar a divergência e comunicar formalmente ao setor responsável para análise e regularização dos registros.
- (B) corrigir imediatamente o sistema para que os dados coincidam com a contagem física realizada.
- (C) desconsiderar a divergência caso o valor dos itens seja considerado de baixo impacto financeiro.
- (D) substituir os registros anteriores por novos dados, eliminando o histórico de movimentações.
- (E) solicitar diretamente ao fornecedor a reposição do material faltante.

Questão 52

Leia o excerto abaixo:

O contrato administrativo é o ajuste firmado entre a Administração Pública e particulares ou outras entidades, visando à consecução de interesses públicos. Diferentemente dos contratos regidos exclusivamente pelo direito privado, os contratos administrativos apresentam

isto é, prerrogativas especiais conferidas ao Poder Público para assegurar a supremacia do interesse público.

Preencha a lacuna acima e assinale a alternativa correta.

- (A) cláusulas exorbitantes
- (B) equilíbrio financeiro automático entre as partes contratantes
- (C) autonomia plena de vontade das partes envolvidas
- (D) equivalência jurídica entre Administração e contratado
- (E) ausência de prerrogativas administrativas na execução contratual

Questão 53

No âmbito da formalização de contratos administrativos, o processo de contratação deve conter elementos que permitam verificar a regularidade da contratação e a adequação do objeto contratado às necessidades da Administração Pública.

Considerando esse contexto, assinale a alternativa que apresenta procedimento compatível com as etapas de formalização e execução contratual.

- (A) Verificar se o processo contém documentação que comprove a regularidade da contratação e as condições pactuadas antes da formalização do contrato.
- (B) Autorizar o início da execução do objeto contratado antes da formalização documental, desde que haja previsão orçamentária disponível.
- (C) Substituir o instrumento contratual por comunicação administrativa interna quando se tratar de prestação de serviços continuados.
- (D) Dispensar a verificação dos documentos do processo quando a contratação tiver sido precedida de procedimento licitatório.
- (E) Formalizar o contrato após a execução integral do objeto contratado, para fins de registro administrativo e conferência das partes.

Questão 54

A Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) estabelece normas voltadas à responsabilidade na gestão fiscal dos entes públicos. No contexto dessa legislação, a transparência da gestão fiscal é assegurada, entre outros mecanismos, por meio do(a):

- (A) divulgação de relatórios financeiros quando houver equilíbrio orçamentário.
- (B) elaboração de relatórios fiscais apenas quando solicitados pelos órgãos de controle.
- (C) ampla divulgação de instrumentos de planejamento, execução orçamentária e relatórios de gestão fiscal.
- (D) substituição dos relatórios fiscais por comunicações administrativas internas.
- (E) acesso às informações fiscais aos órgãos de controle interno para além do controle externo.

Questão 55

No âmbito do pregão eletrônico realizado em plataformas de compras públicas federais, após a fase de análise de habilitação do licitante vencedor e inexistindo recursos administrativos ou após o julgamento destes, ocorre o ato formal pelo qual o objeto da licitação é atribuído ao licitante vencedor, indicando que este está apto a celebrar contrato com a Administração Pública. Esse ato administrativo denomina-se:

- (A) homologação.
- (B) adjudicação.
- (C) ratificação.
- (D) habilitação.
- (E) classificação.

Questão 56

Em uma reunião ordinária de comissão técnica do CAU/RO, o auxiliar administrativo foi responsável por preparar os materiais, registrar a lista de presença e elaborar a ata da reunião.

Esse conjunto de atividades está associado, no âmbito da gestão pública, à (ao):

- (A) exercício de competência da autoridade máxima do órgão.
- (B) apoio à governança institucional e à organização dos processos decisórios administrativos.
- (C) procedimento formal, mas sem valor administrativo ou jurídico.
- (D) substituição das decisões administrativas registradas em processos oficiais.
- (E) procedimento facultativo com impacto na gestão institucional.

Questão 57

A Resolução CAU/BR nº 200, de 15 de dezembro de 2020, estabelece diretrizes para o planejamento, aprovação, execução e acompanhamento dos Planos de Ação e Orçamentos no âmbito do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF).

Considerando as disposições dessa norma, assinale a alternativa correta.

- (A) Os Planos de Ação e Orçamentos dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo devem contemplar diretrizes estratégicas, indicadores e metas de resultados, além de metas físicas e financeiras vinculadas às iniciativas previstas.
- (B) A aprovação do plano de ação e orçamento do conjunto do CAU ocorre após a consolidação das execuções orçamentárias do exercício subsequente, quando avaliados os resultados financeiros obtidos.
- (C) A execução dos planos de ação e orçamentos dispensa a divulgação sistemática de relatórios de acompanhamento, bastando a publicação do demonstrativo contábil anual.
- (D) A utilização de superávit financeiro acumulado pode ocorrer para custeio de despesas de pessoal efetivo e encargos sociais, desde que autorizada pelos plenários dos respectivos Conselhos.
- (E) A reprogramação do plano de ação e orçamento ocorre apenas quando há variação na arrecadação anual, sem considerar alterações na quantidade de projetos ou atividades previstos.

Questão 58

No âmbito da gestão administrativa do CAU/RO, o auxiliar administrativo foi designado para acompanhar o processo de aquisição de determinado serviço por dispensa de licitação.

Entre as atividades abaixo, qual está alinhada às atribuições administrativas nesse tipo de procedimento?

- (A) Verificar a documentação do fornecedor e organizar os documentos que instruem o processo administrativo de contratação.
- (B) Autorizar diretamente a contratação e a liberação de recursos financeiros para pagamento.
- (C) Elaborar parecer jurídico vinculante sobre a legalidade do procedimento.
- (D) Assinar o contrato em nome do órgão público contratante.
- (E) Determinar a modalidade de licitação independentemente da análise técnica.

Questão 59

Nos contratos administrativos, as infrações contratuais correspondem ao descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo contratado. Acerca desse assunto, julgue as frases abaixo.

- I. A multa é aplicada apenas em situações de menor gravidade, quando a irregularidade não acarreta prejuízo significativo à execução contratual.
- II. A advertência é a sanção pecuniária aplicada nos casos de descumprimento contratual.
- III. O impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública é sanção que restringe temporariamente a participação do infrator em licitações e contratos com o ente sancionador.

Está(ão) correta(s) a(s) seguinte(s) proposição(ões).

- (A) III, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I, apenas.

Questão 60

Durante a realização de um pregão eletrônico no sistema de compras públicas federais, após um período inicial de disputa aberta entre os licitantes, o sistema passa a operar com um mecanismo que define de forma imprevisível o momento exato de encerramento da fase de lances. Esse recurso impede que os participantes aguardem os últimos segundos para apresentar propostas finais, estimulando maior competitividade e reduzindo estratégias oportunistas.

Esse mecanismo utilizado nos sistemas de compras públicas é denominado:

- (A) etapa fechada.
- (B) tempo randômico.
- (C) lance automático.
- (D) janela de disputa.
- (E) fase sigilosa.

Questão 61

No contexto da administração pública contemporânea, determinados princípios e mecanismos institucionais buscam assegurar que os agentes públicos atuem de forma transparente, responsável e sujeita à fiscalização da sociedade e dos órgãos de controle. Esse conceito envolve a obrigação de prestar contas, justificar decisões e assumir responsabilidades pelos resultados da gestão pública.

O conceito descrito refere-se à:

- (A) Secretaria de sustentabilidade.
- (B) Accountability.
- (C) Delegação administrativa.
- (D) Descentralização funcional.
- (E) Subsidiariedade administrativa.

Questão 62

Os contratos celebrados com a Administração Pública, denominados contratos administrativos, constituem instrumentos jurídicos por meio dos quais o Estado viabiliza a execução de políticas públicas, aquisição de bens e serviços ou delegação de atividades de interesse coletivo. Acerca desse assunto, julgue as frases abaixo.

- I. Os contratos administrativos estão submetidos a um regime jurídico de direito privado, orientado por princípios próprios que refletem a supremacia do interesse público e a necessidade de controle da atuação estatal.
- II. O princípio da legalidade estabelece que a atuação da Administração Pública somente é legítima quando fundada em autorização legal.
- III. O princípio da pessoalidade determina que a Administração deve atuar de forma objetiva, sem favorecer ou prejudicar pessoas específicas.

Está(ão) correta(s) a(s) seguinte(s) proposição(ões).

- (A) III, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I, apenas.

Questão 63

Durante a execução de determinado contrato administrativo, o gestor do contrato solicitou ao setor administrativo apoio na verificação da documentação apresentada pela empresa contratada para fins de comprovação da execução dos serviços.

Sobre as obrigações relacionadas à gestão e ao acompanhamento de contratos administrativos, assinale a alternativa que descreve procedimento compatível com essas atribuições.

- (A) Determinar diretamente a aplicação de penalidades contratuais caso sejam constatadas inconsistências na documentação apresentada.
- (B) Conferir os documentos apresentados pela contratada, registrar eventuais inconsistências e encaminhar as informações ao gestor ou fiscal responsável.
- (C) Autorizar a continuidade da execução contratual independentemente da análise documental, desde que não haja reclamação formal dos setores atendidos.
- (D) Substituir os registros formais de acompanhamento contratual por comunicações internas entre os setores envolvidos.
- (E) Suspender a execução contratual até que todos os documentos sejam reapresentados pela empresa contratada.

Questão 64

Leia o excerto abaixo:

Um dos conceitos centrais na evolução do compliance é a _____. Não basta a existência formal de normas e procedimentos; é necessário que os valores éticos sejam incorporados ao cotidiano institucional. Nesse sentido, compliance envolve: internalização de valores éticos pelos membros da organização; ambiente institucional que favoreça a transparência; incentivos à conduta responsável.

Preencha a lacuna acima e assinale a alternativa correta.

- (A) gestão de riscos corporativos
- (B) eficiência administrativa
- (C) conformidade assistida
- (D) cultura de integridade
- (E) racionalização procedimental

Questão 65

Leia o excerto abaixo:

Nas rotinas administrativas de órgãos públicos, especialmente no controle de documentos, processos e bens patrimoniais, é essencial que todas as etapas de registro, tramitação e atualização das informações permitam identificar a origem, o histórico de movimentações e os responsáveis por cada procedimento. Esse princípio administrativo assegura a _____ das informações e contribui para a transparência e o controle das atividades institucionais.

Preencha a lacuna acima e assinale a alternativa correta.

- (A) padronização
- (B) economicidade
- (C) rastreabilidade
- (D) centralização
- (E) formalidade

Questão 66

A preservação digital de documentos arquivísticos exige a adoção de políticas e procedimentos técnicos destinados a garantir a autenticidade, a integridade, a acessibilidade e a longevidade das informações ao longo do tempo, considerando a rápida obsolescência tecnológica dos suportes e sistemas digitais.

Nesse contexto, assinale a alternativa que **NÃO** corresponde a uma política associada à preservação digital de documentos.

- (A) Migração de formatos.
- (B) Backup institucional.
- (C) Metadados arquivísticos.
- (D) Desmaterialização integral de acervos físicos.
- (E) Monitoramento da integridade dos arquivos digitais.

Questão 67

No âmbito da modernização administrativa do Estado brasileiro, diversos sistemas informatizados foram desenvolvidos com o objetivo de padronizar procedimentos, integrar informações e apoiar a execução de atividades administrativas compartilhadas entre diferentes órgãos da administração pública. Nesse sentido, o chamado “Comprasnet” pode ser entendido como um(a):

- (A) sistema destinado à divulgação semioficial de editais e avisos de licitação, permitindo a consulta pública aos atos de contratação da Administração Pública.
- (B) instrumento voltado ao registro contábil das despesas decorrentes das contratações realizadas pelos órgãos da administração pública federal.
- (C) plataforma tecnológica destinada a apoiar atividades administrativas consideradas estratégicas e comuns a diversos órgãos da administração pública.
- (D) mecanismo voltado ao controle e à auditoria externa das contratações públicas realizadas pelos órgãos governamentais.
- (E) ambiente eletrônico utilizado apenas para armazenamento e arquivamento de documentos administrativos relacionados às compras públicas.

Questão 68

A Resolução CAU/BR nº 119, de 19 de agosto de 2016, disciplina a criação e a regulamentação do Fundo de Apoio Financeiro destinado aos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF).

Considerando as disposições dessa norma, assinale a alternativa correta.

- (A) Os recursos do Fundo de Apoio Financeiro devem ser aplicados conforme o Plano de Ação aprovado, sendo vedada sua utilização para despesas de capital.
- (B) O Fundo de Apoio Financeiro tem por finalidade financiar exclusivamente projetos de expansão patrimonial dos CAU/UF.
- (C) Os recursos do Fundo de Apoio podem ser utilizados independentemente da situação financeira do CAU/UF solicitante.
- (D) A utilização dos recursos do Fundo prescinde de comprovação de aplicação das parcelas anteriormente recebidas.
- (E) O Fundo de Apoio Financeiro é administrado diretamente por cada CAU/UF beneficiário.

Questão 69

No contexto da administração pública contemporânea, o conceito de *accountability* é fundamental para o serviço de excelência. Nesse sentido, a atuação do auxiliar administrativo contribui para a *accountability* quando:

- (A) centraliza informações administrativas para além do registro documental.
- (B) limita o acesso às informações administrativas aos gestores da instituição.
- (C) prioriza decisões rápidas em detrimento do registro formal das atividades.
- (D) substitui documentos oficiais por comunicações informais quando necessário.
- (E) mantém registros claros, atualizados e acessíveis sobre procedimentos administrativos e decisões institucionais.

Questão 70

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), constitui um dos principais marcos institucionais da gestão fiscal brasileira no período democrático recente. Acerca desse assunto, julgue as frases abaixo.

I. No âmbito do controle do endividamento público, a LRF impõe restrições à contratação de operações de crédito e estabelece parâmetros para a gestão da dívida consolidada e mobiliária.

II. A lei fixa percentuais mínimos da receita corrente líquida que podem ser comprometidos com folha de pagamento, variando conforme o ente federativo e o poder ou órgão.

III. A lei introduziu importantes instrumentos de transparência fiscal, exigindo ampla divulgação de relatórios periódicos que permitam à sociedade acompanhar a execução das políticas públicas.

Está(ão) correta(s) a(s) seguinte(s) proposição(ões).

- (A) III, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I, apenas.